Entre normas jurídicas e normas sociais: os atos homicidas diante dos tribunais na capital da República. Brasil, anos 1950*

*Rivail Carvalho Rolim***

Resumo. O objetivo deste artigo é analisar autos criminais em que indivíduos foram acusados de atos homicidas como forma de resoluções de conflitos interpessoais. Com este trabalho, procuramos avançar na compreensão dos padrões socioculturais presentes na resolução dos litígios, bem como demonstrar como as normas sociais impregnavam e interferiam nos julgamentos nos marcos estabelecidos para a pesquisa, qual seja, a sociedade brasileira em meados do século XX. Para seu desenvolvimento, primeiramente analisamos brevemente o pensamento de um dos principais juristas do país sobre as discrepâncias existentes no Código Penal de 1940 no que se refere aos crimes contra a vida e o patrimônio. Em seguida, encaminhamos uma reflexão referente a episódios nos quais a busca da legitimação do ato homicida ocorre a partir das condições sociais de existência dos envolvidos e, depois, em função das condições psíquicas e morais.

Palavras-chave: Cultura jurídico-penal; Direitos humanos; Cidadania.

Between juridical and social norms: homicidal acts before the Courts in the capital of the Brazilian republic – Brazil in the 1950s

Abstract. Current paper analyzes criminal court suits in which individuals were accused of murder perpetuated to solve personal conflicts. The social and cultural standards in the solution of conflicts are debated, coupled to the social norms that imbued and interfered in the judgments, within the limits of current research, or rather Brazilian society in mid-20th century. The doctrine of one of the main jurists in the country, analyzing the discrepancies in the 1940 Penal Code, is investigated, or rather, crimes against life and property. Events are investigated where the legitimation of the homicidal act occurred as from social conditions of the people involved and those with psychic and moral conditions.

Keywords: Juridical and penal culture; Human rights; Citizenship.

* Artigo recebido em 24/01/2014. Aprovado em 24/07/2014.

** Professor do Programa de Pós-Graduação em História da UEM, Maringá/PR, Brasil. E-mail: rivailrolim@hotmail.com

Entre normas jurídicas y normas sociales: Los actos homicidas en los tribunales de la capital de la República (Brasil, década de 1950)

Resumen. El objetivo de este artículo es analizar los procesos criminales por los cuales diversos individuos fueron acusados de homicidios como una forma de resolución de conflictos interpersonales. Con este trabajo se pretende avanzar en la comprensión de los padrones socioculturales presentes en la resolución de los litigios, así como demostrar de qué modo las normas sociales impregnaban e interferían en los juicios, en el marco general de la sociedad brasileña de mediados del siglo XX. Para su desarrollo, primero analizamos brevemente el pensamiento de uno de los principales juristas del país sobre las discrepancias existentes en el Código Penal de 1940 en relación a los crímenes contra la vida y el patrimonio. Luego, encaminamos una reflexión relacionada a los episodios a través de los cuales la búsqueda de la legitimación del acto homicida se da a partir de las condiciones sociales de existencia de los involucrados y, después, en función de las condiciones psíquicas y morales.

Palabras Clave: Cultura jurídico-penal; Derechos Humanos; Ciudadanía.

Introdução

Ao realizarmos uma pesquisa, no início dos anos 2000, relativa às ideias jurídicas presentes no Código Penal de 1940, as palavras de Noé Azevedo (1942), um dos mais destacados criminalistas do Brasil, sobre as discrepâncias existentes no país em se dar maior relevância às coisas materiais em detrimento das pessoas nos chamaram a atenção. Noé Azevedo foi professor da Faculdade de Direito de São Paulo durante 47 anos, ocupando as cadeiras de direito penal, direito penal comparado e sistemas penitenciários, recebendo o título de Professor Emérito. Como professor de uma das principais escolas de direito do país, participou ativamente das discussões acerca do processo de criação da nova ordem jurídico-penal que veio a ser promulgada no início da década de 1940. Em artigo escrito na década de 1970 em sua homenagem, Manoel Pedro Pimentel (1973) ressaltou que Azevedo tinha como principal preocupação os direitos individuais e sublinhava que o direito penal deveria sempre evitar os abusos do poder dominante.

Nesse trabalho escrito no início da década de 1940, Noé Azevedo (1942) afirmava que não éramos “tão draconianos quanto aos europeus na repressão aos crimes contra a vida”, vistos pelos lá de fora como um “paraíso de criminosos de sangue”. Em solo pátrio, segundo ele, reconhecia-se entre os pares que “o respeito à vida aqui não é tão intenso como em outros povos de velhas civilizações”. Essas palavras sempre apareciam como uma interrogação que não estava suficientemente respondida; logo, era necessária uma investigação mais aprofundada para verificar até que ponto suas assertivas tinham fundamento. Não passou por nossas preocupações que o autor estivesse sendo eurocêntrico, colocando os europeus como superiores em relação ao país e, nesse caso, atribuíssem maior valor à vida do que os brasileiros; mesmo porque, quando publicou o artigo, estava-se em plena Segunda Guerra Mundial e vivenciavam-se os horrores dos regimes totalitários e ditatoriais na Europa, e o direito à vida não aparecia como um princípio basilar no velho continente, pelo menos para alguns grupos sociais e étnicos (ARENDETT, 1999; CONDE, 2003).

Na realidade, nossas inquietações foram no sentido de verificar até que ponto havia sentido as suas afirmações em relação ao país. Para isso, primeiramente fizemos uma análise mais pormenorizada do ordenamento jurídico-penal promulgado no início da década de 1940. Pudemos constatar que em comparação ao primeiro código penal republicano, houve a diminuição das penas de crimes contra a vida¹. Aliás, Azevedo (1942) assinalou, ainda, que se a pessoa “cometesse o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz poderia reduzir a pena de um sexto a um terço”.

¹ Código Penal de 1890. Art. 294 - Matar alguém: pena de prisão celular de 12 a 30 anos. Código Penal de 1940. Art. 121 – Matar alguém – pena de reclusão de 06 a 20 anos.

Contudo, percebemos um movimento oposto em relação aos crimes contra o patrimônio, tendo em vista que houve justamente o aumento das punições². Assim sendo, no ordenamento jurídico-penal ficou claro que a propriedade tinha um valor maior do que a vida, que os bens jurídicos eram concebidos como fundamentais para o indivíduo e para a sociedade; o pêndulo estava voltado para os bens patrimoniais em detrimento de um bem fundamental, a vida. Portanto, apesar de ser considerado como um direito indisponível, inalienável, inviolável, pois a vida, por exemplo, não se troca nem se acumula, estava situado em um segundo plano no código penal aprovado em 1940.

Em outra parte do artigo, Noé Azevedo fez referência ao julgamento de um brasileiro ocorrido em Londres e salientou que o juiz pedira benevolência dos jurados, argumentando que o réu era de um país em formação, composto por correntes de povos de todos os quadrantes do mundo, e que, por conta disso, não havia respeito à vida humana. Com essa nova premissa referente aos padrões socioculturais no país, outras dúvidas afloraram.

Em relação ao código penal, rapidamente percebemos que as proposições de Azevedo tinham fundamento, porém, faltava examinar como os tribunais no país julgavam os episódios que envolviam os crimes contra a vida. O criminalista até destacou que no Brasil os operadores jurídicos não tinham um respeito tão intenso pela vida, mas suas considerações não foram além disso. Por outro lado, também não encontramos trabalhos que tivessem se debruçado sobre o tema. Portanto, as interrogações acerca de como a justiça penal no país julgava as pessoas acusadas de terem cometido atos homicidas, na conjuntura de meados do século XX, não tinham respostas.

² Código Penal de 1890. Art. 330. Subtrair para si, ou para outrem, coisa alheia móvel, contra a vontade do seu dono. § 4º Si de valor igual ou excedente a 200\$000. Pena: de prisão celular por seis meses a três anos e a mesma multa. Código Penal de 1940. Art. 155. Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel: Pena - reclusão, de um a quatro anos e multa de quinhentos mil réis a dez contos de réis.

Diante disso, no período em que cursamos doutorado na Universidade Federal Fluminense, selecionamos alguns processos criminais de tribunais da cidade do Rio de Janeiro, capital da República, que nos permitissem compreender o funcionamento das instituições encarregadas da aplicação do direito, mais especificamente buscando saber como as pessoas eram julgadas pelos atos homicidas. Observamos em que medida os preceitos que estavam contidos na constituição aprovada em 1946 se efetivaram no interior dos tribunais. Além disso, observamos se os critérios universais de justiça foram contemplados, se as pessoas que adentraram na seara do aparato repressivo-judicial tiveram seus direitos assegurados, sem qualquer discriminação de classe, gênero, conforme estabelecia a carta constitucional pós-Estado-Novo.

Nosso entendimento é de que com essa metodologia de trabalho avançamos na análise dos padrões socioculturais presentes na resolução de litígios que envolveram o homicídio em meados do século XX no país, e dessa maneira respondíamos às indagações que afloraram com a leitura da obra de um dos principais criminalistas do país. Além disso, também continuamos o trabalho que estamos realizando já há algum tempo, que é o de compreender os efeitos concretos da justiça penal na vida de muitas pessoas ou grupos sociais no Brasil. Em artigos anteriormente publicados, analisamos processos sobre aborto, assassinatos cometidos policiais e do homicídio de um homossexual (ROLIM, 2007; 2009; 2013). Em outras palavras, temos buscado passar do universo dos códigos, das leis e regulamentações legais e adentrarmos o mundo dos tribunais, com isso, perscrutar do como foi produzida a “verdade sentencial” do aparato repressivo-judicial.

Contudo, quando realizamos esse movimento em direção ao interior dos tribunais, tivemos de considerar que as instituições judiciais são resultado de construções sociais; por conseguinte, sempre haverá um contraste entre o seu desenho formal e a sua produção real; logo, se torna imperativo levar em

conta o que elas realmente fazem, o que realmente produzem, porque, segundo Berger e Luckmann, sejam “quais forem os padrões impostos, eles serão constantemente modificados pela enorme variedade e sutileza do intercâmbio de significados subjetivos que se produzem” (1974, p.48). Portanto, os membros das instituições se comportam muito de acordo com as situações e as interações sociais com as quais estão envolvidos, apesar de terem uma pauta a ser cumprida ou um procedimento legal a ser seguido. Como salienta Sérgio Adorno (1994), temos de observar o perfil social de acusados e vítimas com “o contraste entre a formalidade dos códigos e da organização burocrática e as práticas orientadas pela cultura institucional” do aparato repressivo-judicial.

Como sublinhamos anteriormente, selecionamos alguns processos que chegaram ao 2º Tribunal do Júri, na cidade do Rio de Janeiro, durante a década de 1950, sobre pessoas acusadas de terem cometido atos homicidas como forma de resolução de discórdias interpessoais pelos mais variados motivos. Como já destacamos anteriormente, esses autos criminais fazem parte de uma base empírica mais ampla que incluem outros que já foram objetos de nossa reflexão. Esse tipo de fonte pode revelar aspectos significativos sobre a aplicação do direito nas instâncias judiciais, já que mostra claramente as pautas/regras que organizam a vida social.

A escolha desses episódios não significa, no entanto, um fazer histórico em migalhas. Como em trabalhos anteriores, estamos partindo de indícios, sinais presentes nesses episódios (GINZBURG, 1989), como um meio de chegar a conclusões de mais amplo alcance, pois esses conflitos sociais, que se transformaram em litígios diante dos tribunais, podem nos auxiliar na compreensão do passado do país em um momento bastante significativo de sua história, qual seja, meados do século XX, período marcado pelo início do ciclo mais expressivo de industrialização, urbanização intensa e mudanças sociais e culturais que fincaram as marcas desse Brasil que vivemos na atualidade.

De início, queremos destacar que todos os protagonistas dos fatos quebraram a norma “não matar”, mas foi o rompimento de normas sociais que determinou o desfecho dos julgamentos, mesmo porque a quebra da norma jurídica pode ser legitimada pela defesa das normas sociais predominantes. Nesse sentido, é que nos julgamentos se faz uma análise moral do acusado ou da vítima a partir das condições de sua existência, de seus hábitos e costumes, comportamentos psíquicos e morais, porque tal análise é utilizada para “provar” a legitimidade ou não do ato perpetrado. Sobre o ato praticado, Mariza Correa (1983, p. 40) pontua que o “concreto perde quase toda sua importância e o debate se dá entre os atores jurídicos, cada um deles usando a parte do real que melhor reforce o seu ponto de vista”. Neste mesmo sentido, afirma Adorno (1994, p. 136) que, nesses processos, desnudam um mundo de pessoas com “seus comportamentos e desejos, suas virtudes e vícios, suas grandezas e fraquezas, os pequenos dramas da violência entre iguais, a pobreza de direitos que caracteriza a vida dos (alguns) protagonistas, alguns dos quais incidentalmente cometidos em agressores”.

1 A legitimação do ato homicida perante os tribunais em função das condições sociais de existência dos envolvidos

Iniciamos nossa análise com um episódio que consiste na denúncia de que um rapaz, conhecido por Nadinho, efetuou disparos de arma de fogo contra outro rapaz, conhecido por Dick Tracy, que o levaram à morte³. No relatório desse ato homicida, o investigador descreve que encontrou o indiciado em um local onde se reuniam indivíduos desclassificados, ladrões, maconheiros. De início, denotamos nas palavras da autoridade policial um esquema tipificador acerca dos envolvidos no crime, com isso já atribuindo certos aspectos sobre a conduta do réu e da vítima pelo simples fato de pertencerem a

³ Processo nº 132/1957- 2º Tribunal do Júri.

um grupo de pessoas que residiam nesse espaço da cidade (BERGER; LUCKMANN, 1974, p.50). Aliás, em pesquisas que realizamos referentes à ação dos agentes policiais nesse período, observamos que as ações estavam marcadas pelo pressuposto de que qualquer pessoa que residia nesses bairros populares ou favelas possuía esses mesmos atributos (ROLIM, 2009).

Com o intuito de identificar os antecedentes morais e psíquicos que poderiam ter contribuído para o ato criminoso, relata-se que o acusado era um “marginal” da “raça mestiça e parda”, egresso do SAM⁴, “não tinha cira nem beira”, porque não tinha rendimento algum, vivendo apenas do “alheio”, que sempre vagava na região onde fora preso. Consta ainda que era um “elemento” pernicioso e prejudicial pelas atividades ilícitas que desenvolvia em seu seio, sem nada produzir de útil, pois simplesmente explorava o lenocínio.

Na análise da “pessoa moral do delinquente”, especificamente sobre sua conduta sexual, o réu foi classificado como sendo solteiro e um “sujeito erótico e de vida sexual irregular”, porque suas experiências sexuais eram “com mulheres do mercado ou mulheres descompromissadas”. Em relação aos aspectos psicológicos, foi destacado que tinha uma “incrível frieza”, não demonstrava qualquer tipo de arrependimento, além de ser “cínico” e de “péssimo caráter”.

Chama a atenção no processo que, desde o início, as autoridades do aparato repressivo-judicial raramente chamavam o acusado pelo que constava no documento civil. No decorrer do processo, era nominado pela alcunha, pelo apelido, o popular “vulgo”, como se tivesse perdido a sua identidade original e ganhado outra, a de Nadinho. Esse procedimento era usado para desqualificar o réu, para, dessa forma, construir sua representação social negativa.

Destarte, para entendermos o desenlace desse processo, temos de conhecer a vítima, pois como se diz nos tribunais, não se julga o crime, mas os

⁴ SAM - Serviço de Assistência a Menores foi criado em 1941, substituído em 1964 pela Funabem.

envolvidos. Desde as primeiras páginas do processo, ela foi nominada por sua alcunha, Dick Tracy, tipificada como do mesmo “naipe” do acusado, pois era um marginal que frequentava os mesmo lugares, tinha uma vida classificada como dissoluta e desregrada, para usarmos expressões contidas no processo. Tal qual o réu, tinha um comportamento desabonador, uma conduta considerada reprovável pelas normas sociais vigentes. Como podemos ver, o perfil da pessoa assassinada também era de péssimos antecedentes, com uma vida pregressa repleta de máculas.

Todavia, contra o réu pesava o fato de que o ato homicida fora praticado de maneira torpe e fútil e de surpresa, impossibilitando à vítima defender-se, segundo as palavras do juiz. Não só isso, mas também porque o crime foi cometido por motivo de vingança, pois a amásia do réu passara a viver com a vítima, consoante acusação do promotor, e este tinha como especialidade “o delito de sangue”. Por conseguinte, todas as informações contidas no processo apontam que o réu quebrou a norma jurídica “não matar” e também quebrou as outras normas sociais, tendo em vista que a sua vida pregressa, seus antecedentes morais, eram desfavoráveis e agravavam sua situação perante o júri.

Com esses agravantes e atenuantes de um lado e outro, o réu foi submetido duas vezes a julgamento, sendo absolvido pelos jurados. As explicações para tal desenlace podem ser buscadas nas próprias palavras das autoridades judiciais como também nos padrões socioculturais vigentes à época. A morte foi concebida como “natural”, aceita como uma forma de resolução de conflitos interpessoais de um indivíduo desclassificado contra outro que tinha atividades duvidosas. A vítima não apresentava qualquer qualificativo que pudesse ser visto como uma perda para a sociedade. A legítima defesa da honra dos homens traídos era considerada um pressuposto decisivo para a absolvição.

O cenário social, bem como as pessoas envolvidas, é bastante similar em outro conflito interpessoal que analisamos a seguir, que levou à morte um dos familiares, ocorrido no Morro do Alemão, e que, segundo a autoridade policial, era uma “legítima filial do Morro da Favela”⁵. O Morro da Favela é um lugar que ficou popularmente conhecido por abrigar os soldados que foram combater em Canudos. Ainda de acordo com o membro do aparato repressivo-judicial, era um dos piores locais da cidade, onde moravam indivíduos da pior espécie. Bastante contraditório, pois pessoas que foram combater, conforme as autoridades, para defender o interesse nacional, quando retornaram, simplesmente tiveram como reconhecimento dos serviços prestados residirem em um espaço degradado.

Para avançarmos na compreensão do episódio, consta que um dos acusados morava em uma casa juntamente com sua amásia, dois filhos menores e o enteado. O conflito ocorreu quando o irmão da mulher invadiu a casa e passou a discutir com as pessoas. Em seguida, houve uma luta corporal, ocasionando a morte do rapaz que invadira a casa. No desenrolar do processo, a mulher, o homem e o adolescente foram acusados de terem cometido o assassinato.

Nos depoimentos, todos disseram ter agido no sentido de se defender das agressões. A mulher relata que “após seu irmão ter arrombado a porta do casebre, foi por ele agredida a pauladas e pontapés, sendo obrigada, com isso, a fugir em companhia dos filhos menores”. Já os dois indiciados – adolescente e o amásio – alegaram “ter sacrificado (a vítima), a cacetadas, porque este agarrava a mulher pelo pescoço e dispunha-se a matá-la”.

Apesar de o delegado ter salientado que não havia incerteza quanto à autoria do crime, no inquérito não conseguiu elucidar as condições em

⁵ Processo nº 841/1949 – 2º Tribunal do Júri.

que ocorreu a morte, tendo em vista que os esclarecimentos foram dados somente pelas pessoas indiciadas, pois os vizinhos se recusaram a prestar maiores informações. Em consonância com a autoridade policial, a recusa das pessoas em auxiliar nas investigações deveu-se ao receio que tinham de sofrer algum tipo de retaliação dos acusados. Para o delegado, “quando alguém, mais afoito, vem ao nosso encontro, lutamos com uma série de dificuldades, pois ora é a prova testemunhal acovardada, ora é a vítima posteriormente ameaçada, ora é o indiciado oculo pelos próprios residentes”.

O delegado ainda procurou delinear o perfil das pessoas residentes no bairro como forma de justificar as dificuldades em esclarecer o ato homicida. Em sua acepção, os “habitantes, via de regra, eram malandros acoitados de outras jurisdições policiais”, não somente isso, mas também porque os “crimes ali praticados geralmente ficavam impunes porque seus autores eram do mesmo nível dos moradores”. Acrescentou ainda que todos os que residiam no Morro do Alemão eram “indivíduos da pior espécie”; logo, “não havia nada a fazer, a não ser aceitar que os casos fossem resolvidos entre eles”, ainda mais porque os acusados eram apoiados pelos moradores.

Diante das dificuldades encontradas para esclarecer o ato homicida, aliado à representação social sobre as pessoas envolvidas e os residentes do bairro, a autoridade do aparato repressivo-judicial concluiu que deveria ser aceito o desfecho desse conflito interpessoal, que o poder público não tinha nada a fazer, já que os moradores possuíam os mesmos padrões socioculturais e a violência das relações deveria ser vista como algo característico nesses espaços da cidade.

Essa percepção é bastante próxima da que fora construída sobre as pessoas que residiam nas áreas rurais do país (CARVALHO FRANCO,

1983) e das representações sociais relativas ao homem do campo, de que haviam incorporado a violência com alguma regularidade, e que as agressões, como forma de ajustamento, faziam parte de sua rotina doméstica. Nesse caso, como essas pessoas haviam migrado do campo para a cidade, e pairava no pensamento social brasileiro que orbitava em torno das teorias da marginalidade que elas não conseguiram se adaptar à vida urbana, aos padrões socioculturais da modernidade e, assim, reproduziam as mesmas formas de violência existentes no campo para resolver seus conflitos interpessoais, mesmo residindo em cidades.

Na condução da pesquisa, deparamo-nos com outro episódio, no qual percebemos que as representações sociais sobre as populações dos bairros periféricos estavam bastante presentes nos discursos das autoridades policiais. Em relatório produzido pelo delegado de polícia, havia ocorrido mais “um crime de homicídio na favela da Cachoeirinha, lugar de triste fama, ponto preferencial de desajustados e permanente dor de cabeça das autoridades desta dependência”. Continua a autoridade frisando que “as famílias que ali se acolhem tangidas por conhecidos e prementes fatores econômicos (elas constituem maioria) são envolvidas por elementos da pior espécie, que lhes roubam sossego e tranquilidade”⁶.

Com esses argumentos, o delegado construiu sua denúncia em consonância com as representações sociais predominantes no aparato repressivo-judicial de que o crime fora cometido porque havia uma “predisposição para o delito”, resultado do “afrouxamento das qualidades morais” que redundava em “desvios de conduta” e no “enfraquecimento das faculdades de inibição peculiar ao homem normal” (AURELIANO, 1942). A autoridade policial procurou associar o crime às condições de vida das pessoas, como se o episódio tivesse ocorrido n meio familiar e social do

⁶ Processo nº 1860/1954 – 1ª Vara Criminal, 2º Tribunal do Júri.

réu e da vítima. Como as pessoas envolvidas apresentavam esse perfil, era necessário compreender que deveria ser aceito o desfecho desse conflito interfamiliar. Novamente, o argumento da autoridade policial era de que o poder público não poderia tomar qualquer providência, haja vista que a violência era a forma utilizada para a resolução dos conflitos.

Entretanto, quando adentramos nos meandros do episódio, fica claro que o homicídio ocorreu por conflitos familiares e não porque havia um ambiente que contribuía para o “ato criminoso”. Para termos ideia, o acusado nutria certo ressentimento pela vítima, pois o rapaz havia abandonado sua irmã, além de desconfiar que houvesse lhe traído com a própria mulher quando o hospedou em sua casa. Portanto, as motivações do crime se devem à honra ferida do réu, já que alegava que a vítima lhe traía. Homicídios com essas motivações ocorriam em todos os segmentos sociais e não somente nos bairros periféricos da capital da República. O trabalho de Mariza Correa, por exemplo, demonstra claramente que em vários homicídios de homens contra mulheres nesse período foi utilizada a noção de defesa da honra para legitimar o ato cometido.

Nesse episódio que acabamos de analisar, as evidências indicam que ao longo dos anos foi se criando um ressentimento por parte daquele que foi acusado pelo homicídio em relação à vítima, mostrando, assim, que o episódio não possuía ligação com o fato de que estavam “envolvidos por elementos da pior espécie”, como quer fazer parecer no inquérito o delegado. Não obstante, a autoridade do aparato repressivo-judicial alegou falta de condições de elucidar o crime ou mesmo de formalizar uma denúncia que pudesse punir o acusado com o argumento de que réu, a vítima, os familiares envolvidos e os vizinhos levavam uma vida dissoluta e desregrada; por conseguinte, o ato homicida deveria ser visto como algo natural na resolução de conflito familiar.

2 A legitimação da morte em função das condições psíquicas e morais dos envolvidos

Nesta seção, procuramos demonstrar como os atos homicidas foram vistos como naturais, pois a morte deveria ser entendida como algo inevitável, já que a vítima tinha determinado perfil psíquico e moral. Esses autos criminais nos forneceram mais informações sobre como os desfechos violentos nos conflitos interpessoais eram explicados e justificados.

O primeiro processo analisado se trata de uma ação movida contra uma mulher, brasileira, 22 anos, casada, bailarina de uma boate, por ter matado um homem, brasileiro, 26 anos, casado, rádio técnico, que morava em sua companhia⁷. O episódio ocorreu no interior do apartamento do casal, no centro da cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente no banheiro, logo após o casal discutir.

Consta nos autos que o casal havia saído até uma boate, a mulher retornou logo em seguida para a casa e o homem somente por volta da meia noite. Assim que adentrou na residência, o homem se deparou com os familiares que residiam no apartamento e um convidado, que era tenente médico da Aeronáutica, jogando “buraco”, um tipo de jogo de cartas. Cumprimentou rapidamente as pessoas e se dirigiu ao banheiro, sendo seguido por sua companheira. Os dois passaram a discutir de forma mais exaltada e, em seguida, fecharam a porta violentamente. Alguns minutos depois, as pessoas que estavam na sala ouviram dois tiros. Rapidamente, foram ao encontro do casal, e quando conseguiram adentrar ao local, encontraram um homem caído no chão e constataram que a vítima tinha sido alvejada com dois tiros. Segundo o médico tenente da Aeronáutica, a arma usada no crime era a que ele havia esquecido dentro do banheiro.

⁷ Processo nº 1427/1952 – 1ª Vara Criminal – 2º Tribunal do Júri.

O auto criminal apresenta peças importantes, pois a defesa foi elaborada com muita acuidade, com a utilização de inúmeros argumentos e refinada técnica jurídica, apesar de ser feita mais em torno do episódio em si do que propriamente recorrendo a grandes tratadistas ou doutrinadores que pudessem dar elementos em defesa da indiciada. A qualidade da peça de defesa pode ser facilmente entendida, pois foi elaborada por três advogados renomados, provavelmente fazendo parte de um mesmo escritório de advocacia. Um deles se tornou, posteriormente, ministro do Supremo Tribunal Federal. Parece inexplicável que uma mulher com renda insuficiente tenha contratado advogados de destaque da cidade do Rio de Janeiro. Pode ter sido em função de uma relação de amizade por conta de que havia sido dançarina das melhores boates da cidade ou porque determinados casos ganham grande notoriedade pública, atraindo advogados que se interessam pela fama que podem granjear com o desfecho.

Na realidade, várias pessoas acompanharam o desenrolar dos acontecimentos, pois, no momento do episódio, estavam no apartamento o rapaz assassinado, sua mãe adotiva e seu irmão por parte de mãe, que tinha 17 anos, a homicida confessa e sua irmã, que tinha um filho pequeno, mais um médico tenente da Aeronáutica. A composição dessa estrutura familiar se deve ao fato de que depois de perambular de quarto em quarto durante quatro anos na cidade do Rio de Janeiro, o casal havia conseguido alugar um apartamento. Depois que se instalaram, convidaram os outros membros da família para ali também residirem.

A presença de um membro das forças armadas deve-se ao fato de que a irmã da acusada, que era bailarina do Dancing Avenida, conhecera o oficial em função das suas atividades. Ao estreitar sua relação de amizade, sempre recorria ao médico quando seu filho tinha crises de asma. Esse tipo de apoio foi estendido à mãe do rapaz, que sofria de hipertensão arterial. Portanto, não é

estranha a presença do médico no apartamento, já que por essas constantes visitas, passou a ter uma relativa intimidade com todos os membros da família.

O casal, que se conhecera no Rio de Janeiro, vinha de matrimônios desfeitos. O rapaz, de 26 anos, havia se casado no interior do Estado de São Paulo, na cidade de Franca. Quando criança, foi adotado pela senhora que depois veio a residir também no apartamento, após a morte da mãe natural. Com o rompimento do relacionamento conjugal, migrou para a capital da República e passou a trabalhar como cantor no Dancing Avenida. A moça, com 22 anos, migrou do Espírito Santo para a cidade do Rio de Janeiro depois de ter se separado do marido, com quem se casara aos 14 anos de idade. Ambos faziam parte daquele grupo de milhares de migrantes que saíram de sua terra natal em busca de melhores condições de vida nas grandes cidades do país.

Ao se conhecerem no ambiente em que trabalhavam, nasceu um forte sentimento afetivo e um tempo depois passaram a viver juntos. A mulher, em depoimento, declarou que, sem condições de permanecer em sua cidade, por ser uma mulher separada e sem profissão, teve que migrar para um local onde pudesse encontrar trabalho e recomeçar sua vida. Encontrou um rapaz que lhe ofereceu amor e que lhe dava segurança, porque ganhava em torno de 3 mil cruzeiros. Em termos legais, os dois ainda estavam legalmente casados com seus ex-companheiros, pois não haviam se desquitado; por isso, foram qualificados como “amásios”.

Diante da comprovação da materialidade de que uma pessoa veio a falecer, começou o processo de defesa e de acusação da indiciada. O velho ditado jurídico *quod non est in actis non est in mundo*, ou aquilo que não está nos autos não está no mundo, foi alvo de inúmeras contendas, porque as partes procuraram produzir a sua verdade sobre o episódio. Advogados e promotoria disputaram cada uma das situações para fazer valer a sua versão sobre o episódio, pois dependiam disso ora para absolver, ora para condenar a indiciada.

No decorrer do processo, a preocupação central passou a ser os motivos subjetivos que envolveram a morte da vítima para justificar o homicídio ou a sua fatalidade. Como aponta Mariza Corrêa (1983, p. 25), em um trabalho que analisa o assassinato de mulheres pelos maridos ou companheiros com o argumento de legítima defesa da honra, todos os protagonistas quebraram a norma “não matar”, mas é a quebra de outras normas que determina a absolvição ou a gradação da pena.

De uma vida conjugal de felicidade, conforme a opinião do porteiro em seu depoimento, o que observamos nas peças processuais é uma mulher que teve uma vida de exploração, violências e dissabores ao lado da pessoa que acabou por vitimar. Na defesa prévia feita pelo advogado, nos deparamos com uma pessoa que teve a “desventura de ingressar em uma Escola de Danças e, como Táxi-Girl, passou a tirar os proventos de sua subsistência”. Sua situação se agravou ainda mais quando teve a “desgraça de conhecer a vítima, passando a ter uma vida em comum”. Para os advogados de defesa, nessa vida a dois foi que “revelou-se a torpeza, a vileza e repugnância da vítima” à medida que transformou a “companheira em uma máquina de produzir dinheiro, obrigando-a a freqüentar prostíbulos para aumentar a renda, que lhe era entregue ao fim de cada dia”⁸.

Os comentários em relação à “torpeza da vítima” não pararam por aí, tendo em vista que, utilizando os depoimentos das testemunhas, procurou-se traçar um perfil psicológico e moral do rapaz. Para os defensores da acusada, a vítima tinha um “instinto bestial de monstro”, da mesma forma uma “fúria desumana de miserável rufião”, que o levava a empreender diariamente uma “exploração miserável”, além de que “surrava e espancava sua escrava” por conta de sua origem, já que tinha nascido em uma casa de prostituição.

⁸ Processo nº 1427/1952 – 1ª Vara Criminal – 2º Tribunal do Júri.

A indiciada, por sua vez, até o “dia da tragédia”, vivia em um “mundo diferente, de instintos e misérias, de prazeres e dores exageradas, em um deslumbramento falso e monstruoso para a sua idade e a sua pureza ingênua”. No tocante a seu comportamento individual, os advogados ressaltavam que “jamais a acusada, na sua vida de martírio e escravidão, teve qualquer movimento de revolta contra o tirano que a espancava e a explorava, tal era sua completa submissão ao rufião amado e temido”. De acordo com os advogados, o crime se devia somente à “fatalidade que colocou a arma na mão (da acusada) no momento exato em que se defendia de mais uma agressão inspirada por motivos vis”.

Diante desses argumentos apresentados pelos advogados da indiciada foi reconhecido que esta praticou o crime em legítima defesa e foi julgada improcedente a acusação. Assim sendo, a promotoria pública recorreu da decisão utilizando-se de vários argumentos; dentre eles, cabe destacar que houve o julgamento da vítima e não da acusada, que a absolvição encorajou vários outros homicídios praticados por prostitutas e, por último, que a revolta contra a escravização não procedia, porque a exploração era antiga.

Esses argumentos apresentados pela promotoria foram contrapostos por uma bem fundamentada defesa empreendida pelos advogados da acusada. Novamente, o que notamos é a busca de tecer uma série de avaliações morais acerca da vítima, destacando o seu comportamento “inadequado” e “antissocial” e sua vida “dissoluta e desregrada”, para usarmos noções jurídicas contidas no processo. Dessa maneira, procurava-se legitimar o ato homicida com base no pressuposto de que a vítima possuía um perfil psicológico e social completamente reprovado pela sociedade.

Portanto, sobressai no processo que a vítima tinha um “instinto bestial”, “torpeza de caráter” e havia transformado a mulher com quem vivia em uma “máquina de ganhar dinheiro”, ou seja, era um “amante mercenário”.

Com essa estratégia, a defesa desqualificava juridicamente a pessoa que fora assassinada, operando, assim, uma desvalia vitimária. Se a vítima “não tinha valor”, o crime cometido contra ela não possuía “tanta gravidade”. Aliás, os advogados salientaram que “a sociedade se viu livre de um elemento cuja repugnância é difícil de traduzir em palavras”.

O próximo processo a analisarmos trata-se de um homicídio ocorrido no final da década de 1950, em Realengo, por um desentendimento entre dois homens que jogavam *snooker*. Um deles era motorista de locação e o outro funcionário do Arsenal da Marinha. Esse episódio foi noticiado pela imprensa com a seguinte manchete: “Morre o grande campeão de sinuca”. A denúncia da promotoria foi que a vítima chegou a óbito, pois sofreu um golpe profundo, certo, sem que pudesse esboçar qualquer defesa⁹.

O conflito aconteceu quando os dois envolvidos disputavam partidas de *snooker* em um bar. Segundo o indiciado, a vítima não concordara em pagar o tempo de uso da mesa de sinuca, apesar de terem combinado que quem perdesse o maior número de partidas deveria arcar com as despesas. O acusado diz que no decorrer da discussão foi chamado de “viado”, “filho de puta” e de “outras obscenidades” e advertiu a vítima que não estava agindo de maneira correta. Em seguida, a vítima investiu contra ele, obrigando-o, em um “instinto de defesa”, a segurar o taco que estava utilizando, mas que, vendo-a com uma faca saiu correndo, sendo perseguido.

Podemos inferir que o indiciado conseguiu escapar da vítima, pois afirmou que passou em uma padaria para comprar dois pães para levar para casa, mas se lembrou de que havia deixado a bicicleta no local em que disputara as partidas de *snooker*. Lendo os depoimentos das testemunhas, verificamos que o acusado voltou ao bar onde havia se desentendido com uma faca embrulhada em um papel de pão, foi em direção à vítima e a golpeou, levando-a à morte.

⁹ Processo nº 622/1958 – 2º Tribunal do Júri.

Diante da acusação para se defender, o indiciado relatou que até pagou o dono do estabelecimento para “suavizar a situação” da vítima, embora não tivesse que fazer isso. Alegou que teve de travar uma “luta de vida e de morte”, porque a vítima “estava possuída de uma fúria anormal”. Para finalizar, frisou que “lamenta a situação em que foi envolvido, por circunstâncias alheias à sua vontade, porém a única coisa que fez foi defender-se, porque se não o fizesse estaria morto”.

Com essa linha de argumentação, o advogado construiu a tese de que seu cliente agira “em legítima defesa”, e que se alguém agiu por motivo fútil, foi a própria vítima, pois tinha um “desejo de vingança”, já que havia perdido no jogo de bilhar. Acrescentou ainda que seu cliente era “um homem de vida honesta, trabalhador, vivendo perfeitamente ajustado no seio da família e da sociedade”. O acusado do ato homicida foi absolvido, apesar de a promotoria ter apelado da sentença.

Como podemos verificar, nessa relação entre as normas jurídicas e as normas sociais prevaleceu o padrão sociocultural de legitimar a morte da vítima. Em nenhum momento do processo foi mencionado que uma pessoa havia perdido a vida. Os embates entre os operadores jurídicos não passaram pela discussão da violência que foi utilizada na resolução desse conflito interpessoal. Simplesmente se apreciaram os antecedentes morais e psíquicos de cada um dos envolvidos, sendo julgado, na realidade, se haviam quebrado normas sociais e não a norma jurídica de que matar era um crime.

Considerações finais

Nossas reflexões não passaram pela dicotomia absolvição/condenação, mas pelos argumentos utilizados para a construção das teses de defesa dos acusados de homicídios, neste caso, mostrando como as normas sociais acabaram por impregnar os julgamentos, numa clara demonstração das

interações sociais estabelecidas entre as instituições judiciais e a sociedade. Isto revelou que a noção sobre lei e Justiça estava vinculada aos padrões socioculturais vigentes na sociedade brasileira sobre a forma como deveriam ser resolvidos os conflitos ou litígios.

Quando os indiciados dos autos analisados invocavam em sua defesa que as vítimas quebraram normas sociais, como, por exemplo, levarem uma vida desregrada e dissoluta, possuírem um comportamento inadequado e antissocial, era porque encontravam um padrão sociocultural do campo jurídico receptivo a essa postura. Em outras palavras, aqueles que colocavam o tribunal em movimento não estavam apartados da realidade social na qual viviam, não tinham vida própria e independente, embora tivessem que tomar as decisões levando em consideração os textos legais e as doutrinas jurídicas formuladas pelo pensamento jurídico-penal (KOERNER, 2012).

Portanto, para o acusado era “crível” que “justiçasse” aquele que o havia ofendido, pois contava com o apoio da cultura jurídico-penal, já que essa produção de verdade do tribunal, em alguma medida, estava mediatizada por inúmeros significados presentes na realidade brasileira. Um deles era de que a vida da vítima estava em segundo plano desde que se considerasse que o ato havia sido “justo”, “legítimo”, ou se “provasse” que ela fazia parte daqueles segmentos sociais “desqualificados”, que “não tinham valor”. Como salientamos no início do trabalho, um dos principais juristas do período, Noé Azevedo afirmava que entre os próprios operadores jurídicos não se tinha respeito pela vida.

Dessa maneira, o sistema judiciário e os membros do Tribunal do Júri “aceitava” o desfecho dos conflitos interpessoais, seja porque havia legitimidade para o ato homicida por conta das condições sociais de existência dos envolvidos, seja porque a vítima apresentava determinado perfil psicológico e moral. Na realidade, ocorria uma forma de desvalia vitimária daquele que havia sido alvo do assassinato, tendo em vista que sua vida não tinha muito valor.

Para finalizar, consideramos que os tribunais acolhiam a forma como os conflitos eram resolvidos no âmbito privado, mantendo certa distância do desenlace ocorrido entre as partes envolvidas. Digo certa, pois o Estado se fazia presente em alguma medida já que os episódios passavam por todas as fases do aparato repressivo-judicial, com abertura de inquérito, denúncia do ministério público e julgamento nos tribunais.

Referências

- ADORNO, Sérgio. Crime, justiça penal e desigualdade jurídica – as mortes que se contam no Tribunal do Júri. *Revista USP*. São Paulo, n. 21, P. 132-151, 1994.
- ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- AURELIANO, João. Medidas de segurança. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, n. 92 out./- dez. 1942.
- AZEVEDO, Noé. Dos crimes contra a pessoa. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, n. 90, abr./- jun. 1942.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1974.
- BRASIL. *Código de Processo Penal*. Decreto-Lei n. 3.689, 03 out. 1941. Brasília, 1941.
- CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia de. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Kairós, 1983.
- CONDE, Francisco Muñoz. *Edmundo Mezger y el derecho penal de su tiempo*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2003.
- CORREA, Mariza. *Morte em família*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- KOERNER, Andrei. A História do Direito como recurso e objetivo da pesquisa. *Diálogos (online)*. Maringá, v. 16, n. 2, p. 627-662, maio./ago. 2012.
- PIMENTEL, Manoel Pedro. Professor Emérito Noé Azevedo: pequeno retrato de uma grande vida. *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*. São Paulo, v. 68, n. 2, 1973.

ROLIM, Rivail Carvalho. As ações policiais diante dos tribunais: Rio de Janeiro em meados do século XX. *Sequência*. Florianópolis, v. 58, p. 233-258, jul. 2009.

ROLIM, Rivail Carvalho. Estado, sociedade e controle social durante o Governo Vargas (1930/1945). *Passagens*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p. 69-88, 2010.

ROLIM, Rivail Carvalho. Justiça criminal e condição feminina na Capital da República em meados do século XX. *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 22, n. 1, p. 97-133, jan./abr. 2007.

ROLIM, Rivail Carvalho; RODRIGUES, Fabiana Cardoso Malha. O assassinato de um homossexual diante de um tribunal da Capital da República em meados do século XX. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 325-342, jan./-abr. 2013